Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

# AS PESQUISAS EM ENSINO DE GEOGRAFIA E A CATEGORIA ESPACIAL DE PAISAGEM: apontamentos a partir de um Estado da Arte

Ricardo Lopes Fonseca
ricardolopesf@uel.br

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Professor do Departamento de Geociências da UEL.

ORCID: http://orcid.org/0000-0002-2077-2476

## RESUMO

Neste texto é apresentado o Estado da Arte das pesquisas em ensino de Geografia que abordaram a categoria espacial de paisagem, a partir da análise dos artigos publicados em periódicos nacionais, considerando toda a série histórica disponível de forma on-line até o ano de 2016. O objetivo é investigar, a partir das publicações de artigos em periódicos nacionais on-line possibilitando inferir acerca das perspectivas e das tendências das pesquisas no ensino de Geografia que versaram a respeito da paisagem. Foram localizados 1.458 artigos acerca do ensino de Geografia, sendo 35 destes referentes à paisagem, em 187 periódicos avaliados na área de Geografia, considerando-se o Qualis Periódicos quadriênio 2013-2016. Os resultados estão discutidos em dois momentos, o primeiro como um perfil quantitativo e o segundo a partir do tratamento qualitativo, por meio do método de Análise de Conteúdo, de Bardin (1977). Por fim, por ser considerada uma atividade árdua e complexa, o Estado da Arte desenvolve uma ação bastante criteriosa e reflexiva.

## PALAVRAS-CHAVE

Paisagem, Pesquisa, Estado da Arte, Ensino de Geografia, Epistemologia.

## RESEARCH IN TEACHING GEOGRAPHY AND THE SPACE CATEGORY LANDSCAPE: notes from a literature review


### ABSTRACT

This paper presents a literature review about on teaching Geography from the analysis of articles about landscape published in national journals, considering the entire historical series until 2016, that is available online. The objective is to investigate, from the publication of articles in national journals online, the entire historical series, allowing to infer about the perspectives and trends of research on place. We found 1,458 articles on this theme, 35 of which refer to the landscape, in 187 journals evaluated in the Geography area, considering the Qualis Periodicals quadrennium 2013-2016. The results were discussed in two moments, the first from a quantitative profile and the second as a qualitative treatment, using Bardin's Content Analysis method (1977). Research on the State of the Art has critical and reflective character that assist in the development of new research demands, concepts and paradigms.



### KEYWORDS

Landscape, Research, Literature review, Teaching Geography, Epistemology.


## Introdução

Este estudo busca promover a discussão de um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica, a paisagem, visando ao provimento de recursos para o entendimento desse pensamento que possa estar acima daquele contido nos livros didáticos, mas que, concomitantemente, não se transfigure em obscuridades para serem explorados em sala de aula com alunos do Ensino Fundamental. Nessa direção, o professor tem que encontrar formas de motivar e instituir essa formulação de maneira conjunta com seus alunos, exprimindo a ideia de que nem sempre o universo exposto nos livros didáticos tem a ver com a realidade experimentada.

O ensino da Geografia tem passado por muitas transformações no transcorrer dos anos, enfrentado desafios e sendo questionado em situações provocadas por várias circunstâncias como, por exemplo, a controvérsia envolvendo os parâmetros que devem ser explorados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, paralelamente ao desenvolvimento dos alunos. Essas alterações provocaram uma reconsideração da maneira de como ensinar, além do que se deve ensinar em sala de aula, incitando o professor a agregar novas condutas de avaliação, e ainda de como lidar com o conteúdo dos livros didáticos e da competência exigida no crescimento dessa vocação.

Nesse propósito, o professor deve se mostrar disponível e apto para empregar, a contento, as novas estratégias e princípios visando à preparação de suas aulas, já que o mesmo pode encontrar um público cada vez mais informado, exigente e almejando maiores conhecimentos relacionados ao espaço geográfico, e logicamente da paisagem apresentada.

À vista disso, o livro didático tem sido aproveitado pelos professores como sendo um dos recursos primordiais de ensino. Sendo assim, atribui-se ao professor a avaliação crítica no emprego do livro didático de Geografia e, assim, impedindo que os alunos se mostrem extasiados em relação aos conteúdos e/ou elucidações automáticas. Essa ação do professor favorecerá para que haja a formação cultural e social, conseguindo preservar a utilidade desse recurso em sala de aula, admitindo-o como fonte importantíssima de atualização e de ponderação.

Isto posto, pode-se entender que ultimamente o pensamento de paisagem geográfica tem sido constantemente debatido, especialmente de forma relacionada ao meio ambiente, lembrando que essa ação se dá em razão da grandeza que representa este conhecimento para o ensino da Geografia. Nesta conjuntura, é possível ressaltar que:

> A categoria paisagem, porém, tem um caráter específico para a geografia, distinto daquele utilizado pelo senso comum ou por outros campos do conhecimento. É definida como sendo uma unidade visível do território, que possui identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos; o passado e o presente (BRASIL, 1997, p. 11).

Portanto, o professor poderá argumentar em sala como se deu a criação e consolidação do entendimento de paisagem e a forma correta que deve ser explicada atualmente, já que a abordagem da paisagem não pode ficar restrita a uma simples verificação acompanhada de relato dos eventos que a compõem. É importante lembrar que será uma grandeza pedagógica esclarecer e apreender os procedimentos de comunicação envolvendo sociedade e natureza, colocando-as em distintas classificações parciais e temporais, equiparando-as e dando-lhes os significados devidos.

Possuindo caráter bibliográfico, como são conhecidas as pesquisas do tipo "Estado da Arte" (EAr), costumeiramente são reconhecidas por uma perspectiva trivial: mapear e reconhecer a produção acadêmica em meio aos mais diferentes espaços do conhecimento, ao longo de um determinado recorte temporal.

Assim sendo, esta pesquisa se justifica, quanto à realização deste EAr, pela possibilidade em realizar um estudo com aportes metodológicos previamente estabelecidos, cujas características se despontam criatividade e ações minuciosas do pesquisador em relação à produção acadêmica e científica acerca da temática de ensino de Geografia, nesta pesquisa voltada para a categoria espacial de região, "[...] à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado" (FERREIRA, 2002, p. 258).

O recorte temporal adotado para este artigo compreende toda a série histórica disponível, de forma on-line, da produção de artigos científicos em ensino de Geografia, que inicia em 1957 e se estende até o ano de 2016, por considerar que este foi o ano de fechamento do último quadriênio de avaliação do QualisCapes dos periódicos, divulgado oficialmente.

Desta forma, o objetivo deste texto foi de investigar acerca das publicações a respeito da categoria espacial de paisagem voltada para o ensino de Geografia. Para se alcançar tal objetivo foi necessário organizar este artigo de modo que se apresentam nas seções seguintes: corpo teórico, procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais.

## O conceito de paisagem a partir da perspectiva geográfica

No meio geográfico existe uma concordância de que a paisagem, mesmo tendo sido abordada sob presunções distintas, decorre da conexão ativa de componentes físicos, biológicos e antrópicos. Entende-se assim que ela não é simplesmente um evento original, já que faz parte da existência humana. Tanto a escola alemã, como a francesa, que exerceram grande influência sobre a Geografia brasileira destacam as características diferenciadas da paisagem.

A Geografia alemã tem origem naturalista, herdada de Humboldt; a francesa priorizou as avaliações relacionadas à região, constituída pelas sociedades e suas culturas em cada espaço natural. Em estudo de 1998, Sauer defende o pensamento de que região e superfície são por meio de alguma lógica, vocábulos proporcionais à paisagem. Esta, seria uma formulação de unidade da geografia, uma junção de modelos diversos, não apenas físicas, mas também culturais. Na acepção desse estudioso, o teor cultural da paisagem representa a demarcação da existência humana em uma superfície. Em outros termos, pode-se se afirmar que a cultura representa o componente que, atuando no meio natural, resulta na paisagem cultural.

Em meados do século XX, mais precisamente em 1946, o geógrafo franco-canadense Dansereau aplicou um curso de Biogeografia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e três anos depois publicou *Introdução à biogeografia*. Nesse estudo, foram apresentadas diferentes possibilidades de níveis nos estudos biogeográficos, permitindo variações de conformidade com o tempo, espaço, objetivos e padrões de interpelações. O primeiro nível seria o paleontológico, transpondo os níveis bioclimatológico, autoecológico, sinecológico, até atingir o último, chamado industrial, no qual são reconhecidas as interferências humanas. Para cada uma dessas competências são apresentados propósito, padrão, material a ser analisado, além das finalizações. No nível industrial Dansereau reconhece como produto da pesquisa o domínio empregado pelo homem sobre a natureza, grupos vegetais e animais. O material a ser analisado é a paisagem. O modelo de estudo são os registros históricos. Sendo assim, há, em princípio, uma percepção de paisagem natural, que existe mesmo sem a intervenção humana, podendo, contudo, ser transfigurada por ele.

Por outra perspectiva, Dansereau (1949) só emprega o vocábulo paisagem quando a atividade humana passa a ser reconhecida. Ao sugerir o estudo da paisagem com o benefício de ciências, como a agricultura, silvicultura, Geografia humana, sociologia e história, o autor reconhece a interferência do homem sobre a flora e a fauna. As finalizações de cada ciência apontariam a natureza, valor e duração das transformações causadas pelo ser humano na paisagem.

O geógrafo francês Bertrand (1972, p. 1), ponderou que paisagem seria "um termo pouco usado e impreciso" e, devido a essa condição, empregado em muitas oportunidades sem nenhum rigor. O autor lembra ainda que não seria a mera união de componentes geográficos que poderia reproduzir uma paisagem, mas sim a fusão ativa, inconstante dos componentes físicos, biológicos e antrópicos, já que a paisagem não é simplesmente original, sendo, contudo, total, com todas as complexidades do envolvimento humano. Ele argumenta também que as distinções presentes na abordagem são provavelmente divergências que se apresentam nos métodos empregados na avaliação e qualificação das paisagens.

De maneira sujeita à ambição, formação e interesse do apreciador, a avaliação poderá oferecer destaque à vegetação, clima, relevo, produção econômica, arquitetura, história ou fauna. Relativamente ao padrão, a avaliação poderá valorizar o aspecto, a metodologia, as conexões internas, a ecologia, ou mesmo um grupo delas. A

classificação empregada facilitará a incidência de detalhes ou a exigência de certas imposições, não só para apreciações, mas também para registro cartográfico.

Mesmo com a admissão unânime da participação humana na paisagem, muitas delas têm sido interpeladas de forma ostensiva, onde nem sempre as comunidades humanas são situadas na mesma classificação de outras flexibilidades.

As próprias escolas alemã e francesa, que exerceram forte influência na Geografia brasileira, têm sido destacadas sob diferentes particularidades. A Geografia alemã tem destaque naturalista, herdado de Humboldt, e a francesa focaliza a região, inserindo culturas e sociedades em cada espaço original.

Os geógrafos ingleses conseguiram criar uma compreensão objetiva de paisagem com o sentido de mosaico, cuja confecção acontece pela sequência equivalente de ecossistemas locais ou por utilizações da terra, isto é, um conjunto incorporado e retomado de componentes espaciais, que distingue uma paisagem. À vista disso, é possível chegar à classificação de detalhe que melhor convier, reconhecendo paradigmas de equivalência, da organização do espaço em graus maiores ou menores (FORMAN, 1995).

A quase obrigatoriedade de se instrumentalizar o conhecimento de paisagem voltado ao gerenciamento territorial possibilitou aos geógrafos russos a elaborarem a concepção de geossistema. Conforme esclarecimento emitido por Sotchava (1978), o geossistema é composto em níveis categorizados do meio cultural, estando inserido em três qualificações dimensionais: planetária, regional e topológica. O seu reconhecimento se dá por meio de dois fundamentos: homogeneidade e diferenciação. Os geossistemas com base homogênea são *geômeros* e os de fundamentação distinta são os chamados *geócoros*. Por uma visão metódica permite-se o reconhecimento da variação de ligações internas de uma paisagem, sua condição, seu estado e suas conexões com o ambiente.

Mesmo o entendimento de paisagem estando bastante difundido pela Geografia, o pensamento ainda não está consolidado, já que muitas circunstâncias são comuns à maioria das formulações, não havendo, porém, dúvidas e conflitos. Um dos tópicos gerais está na ideia de que a vida humana deva ser reunida à compreensão de paisagem.

Ocorre que a regularidade com que é reiterada parece mostrar o desafio enfrentado pela Geografia para interromper a divisão das abordagens sobre paisagem em ciências exclusivas, descartando de suas pesquisas a grandeza social, econômica e cultural, e ainda as comunicações horizontais entre os componentes. Outro tópico consistente incluso na apreensão geográfica sobre paisagem refere-se à expressão visual, como panorama, ou repercussão dos fenômenos naturais e sociais.

São as fisionomias e morfologia, de proveito da Geografia, e que preenchem certo espaço. Esta é uma distinção que oferece à paisagem, como instrumento geográfico, a chance de ser mapeada. O assunto envolvendo a escala também é importante na pesquisa geográfica de paisagem, já que facilita a estruturação de categorias de paisagem. Como exemplo, é possível mencionar a vegetação, podendo ser apreciada nas classificações planetária, regional e/ou local. A ideia de taxonomia, constante na compreensão de paisagem geográfica, favorece o reconhecimento das unidades de paisagem, em graus altos ou baixos, de conformidade com cada situação, e ordená-las conforme os princípios empregados.

Mesmo havendo divergência de focalização em relação à paisagem em Geografia, os componentes simples admitem um modelo geográfico direcionado ao seu estudo. Diferentes estudos poderão ter na vegetação a sua temática principal, e dessa maneira, as qualificações serão de conformidade com esta flexibilidade, mesmo sendo reconhecidos todos os demais componentes. Em outras situações, o critério taxonômico será a estrutura do terreno, relevo, clima, cultura ou até mesmo outro, levando sempre consideração os fundamentos da coordenação.

A composição da caracterização de paisagem na Geografia brasileira absorveu forte interferência da escola francesa, impulsionada principalmente pelos estudos de Tricart (1981). Muito tempo depois, com as práticas voltadas ao geoprocessamento, é que a interferência anglo-saxônica passou a povoar o conhecimento de paisagem como resultado de estudos concentrados, e em parte, no procedimento para o zoneamento ecológico-econômico (ZEE). É interessante o conhecimento de que por muito tempo foi usada uma ramificação do relevo brasileiro, idealizada pelo geógrafo e professor brasileiro Aroldo de Azevedo, em 1940 (*apud* ROSS, 1985). Já em 1969, outro geógrafo brasileiro, Ab'Saber, recomendou os Domínios Morfoclimáticos Brasileiros, reconhecendo a "relação cobertura vegetal, tipo de clima e modelado predominantemente do relevo" (*apud* ROSS, 1985, p. 27). Quase duas décadas depois, em 1985, Ross, geógrafo e professor da Universidade de São Paulo (USP), sugere uma nova catalogação do relevo brasileiro, fracionando-o em Unidades de Planaltos, de Planícies e Depressões originando, assim, vinte e oito macro unidades geomorfológicas, reconhecidas quanto à estrutura e morfoescultura.

Outros estudos desse geógrafo mencionaram a fragilidade do relevo, e foram reproduzidos com o benefício da troca de informações geomorfológicas e pedológicas, empregadas em espaços ambientais, estabelecidas pelo paradigma morfológico, anteriormente apreciado por meio de sensores.

No processo de crescimento teórico, o autor fundamenta-se no ideal de estrato geográfico da terra preparado pelo crítico literário e poeta russo Grigoriev (*apud* ROSS, 1990, p. 10). Essa construção teórica representaria a reunião de elementos do ambiente natural – "crosta terrestre e marinha, a hidrosfera, solos, cobertura vegetal, o reino animal e a baixa atmosfera". Nessa esfera ativa, metódica, com ações interativas de energia e matéria, é que o ser humano cresce como ente social. As expectativas infinitas de ajustes e fusões dos componentes que compõem o âmbito natural formam a variação de paisagens identificadas como Unidades de Paisagens Naturais.

O debate desenvolvido em relação ao conhecimento de paisagem é, na verdade, um assunto que vem de longa data. Desde a validação da Geografia como ciência no século XIX, tem sido incessantemente estudado, visando ao verdadeiro entendimento das vinculações sociais e naturais incidentes num determinado espaço. É interessante lembrar que em algumas regiões do planeta o conteúdo paisagem tem sido empregado, contrapondo-se às diversas interpelações ligadas ao tema. De conformidade com o pensamento de Figueiró (2001, p. 5) "A maior parte dos estudos ambientais atualmente realizados reporta-se a diferentes modelos e concepções teóricas do conjunto unitário da natureza visível, ou seja, aquilo que chamamos Paisagem".

Atualmente, a ideia de paisagem tem representado para os geógrafos e estudiosos de outras esferas, como biólogos, agrônomos, ecólogos, arquitetos e ainda outros, o enfoque primordial na busca pela compreensão definitiva das complicadas ligações que envolvem o homem e a natureza, visando a um real entendimento universal da natureza, assim como realizar as expectativas de aplicação, gerenciamento de espaço e empreendimento territorial. Corroborando com essa alegação "Paisagem é o conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Ou ainda, a paisagem se dá como conjunto de objetos concretos". (SANTOS, 2004, p.103)

Com base nessa intuição, é possível entender que a paisagem compõe o produto da definição de uma interrelação entre a superfície natural e a humana, visto que a natureza é reconhecida e atingida pelo ser humano, que tradicionalmente representa o retrato dessa organização.

Sabe-se, em princípio, que o contraponto relacionado à compreensão da paisagem ocorreu em razão da divisão determinada pelos geógrafos que acabaram criando uma distinção entre paisagem natural e paisagem cultural. É preciso reforçar que paisagem natural remete aos ingredientes ajustados de geologia, geomorfologia,

vegetação, rios e lagos, ao passo que na paisagem cultural, humanizada, são inseridas as transfigurações provocadas pelo homem, como nas superfícies urbana e rural.

Entende-se, dessa forma, que essas concepções se reúnem às interpelações filosóficas e a um questionamento relativo ao padrão de avaliações. É possível afirmar que a diversificação citada se deu de forma natural, especialmente conectada ao Positivismo, por uma classificação mais acomodada, na qual se priorizam os fundamentos geográficos reunidos em divisões espaciais e na Geografia francesa, influenciada pelo geógrafo e historiador francês Paul Vidal de la Blache (1845-1918) que infundiu uma forma mais ativa, considerando-a possuidora de uma característica mais processual.

As abordagens direcionadas à paisagem, em princípio, foram voltadas à narração das aparências físicas da área terrestre, sendo aos poucos incluídas nas atividades do homem durante o transcurso do tempo, com a singularização das paisagens culturais ante as paisagens naturais.

Com relação a essa bifurcação, em princípio, pode haver uma interpelação: como é possível dividir um conhecimento como paisagem em dois, quando estamos experimentando uma efetiva discussão sobre as relações homem-meio? E ainda: Pode-se confirmar a existência de paisagens verdadeiramente naturais ou culturais?

Pode-se afirmar não ser possível a divisão entre essas paisagens, já que o evento da modernidade, verificado a partir do século XVIII, requer um padrão de ser, pensar e traduzir, impulsionado por uma perspectiva dinâmica, antevendo a natureza como sendo uma origem repleta de recursos. A partir de então, o homem transfigura a paisagem, incutindo nela seus interesses, objetivos, sonhos e expectativas de crescimento. Desse jeito, fica demonstrada a obscuridade presente no estudo da paisagem por apenas uma visão naturalista.

Percebe-se que esse paradigma de crescimento econômico se vulgarizou por meio de uma classificação planetária e que hoje o distanciamento entre as paisagens natural e cultural parece estar sendo transposta, tendo em vista que, mesmo em superfícies remotas do planeta, como a Antártida ou em alguma localização da Floresta Amazônica, pode-se observar o domínio humano, que mesmo à distância, consegue interferir a seu favor, ao elaborar, planejar e dimensionar áreas de conservação ambiental.

Apresentado nesse feitio, o estudo da paisagem, pela dificuldade apresentada pela avaliação requer, para seu real entendimento, uma focalização – que será também averiguada - que poderá ou não estabelecer, por um agrupamento de componentes envolvidos, a classificação a ser levada em conta, além da própria temporalidade.

Pelo fato de ser uma ciência social, as discussões relacionadas à paisagem provoca na Geografia uma variação conceitual. Nesse sentido, é interessante apreciar a argumentação propiciada por George Bertrand (1971, *apud* Maximiano, 2002, p. 88) expressas nesses termos:

> [...] a paisagem não seria a simples junção de elementos geográficos..., mas a combinação dinâmica, estável, dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, porque a paisagem não é apenas natural, mas é total, com todas as implicações da participação humana.

Com o benefício dessa aproximação, o autor não oferece uma explicação conceitual, na qual possa incidir a significação natural ou cultural, indicando, no entanto, compreender a paisagem de maneira organizada, observando na mesma uma harmonia que no seu entendimento é indivisível.

Por outra perspectiva, o geógrafo norte-americano Carl Sauer (1998, p. 42) ressalta que:

> Não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas com o espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto.

Por meio dessa argumentação, Sauer (1998) propõe um distanciamento entre essas paisagens, admitindo ser o homem o causador da mudança da natureza, antevendo duas naturezas, sendo uma anterior e outra posterior à atividade humana.

Em outra perspectiva, Paul Claval (1999, p. 296) presta este esclarecimento:

> [...] os espaços humanizados superpõem múltiplas lógicas: eles são em parte funcionais em parte simbólicos. A cultura marca-os de diversas maneiras: modela-os através das tecnologias empregadas para explorar as terras ou construir os equipamentos e as habitações; molda-os através das preferências e os valores que dão as sociedades suas capacidades de estruturar espaços mais ou menos extensos e explicam o lugar atribuído as diversas facetas da vida social; ajuda enfim a concebê-los através das representações que dão um sentido ao grupo, ao meio em que vive e ao destino de cada um.

Por conseguinte, Claval (1999) confere ao ser humano a causa da transfiguração da paisagem, e ainda provoca na mesma, alterações irreversíveis, ocasionando uma apreensão maior com os patrimônios culturais do que os componentes naturais da paisagem. Entende-se, dessa forma, que a paisagem é humanizada, não apenas em razão

da atividade humana, mas também pela forma de pensar. À vista dessa realidade, a paisagem pode sim ser reconhecida como uma reprodução cultural.

Por essa rápida avaliação, é possível constatar quão dividida se mostra a ciência geográfica, tendo em vista que os estudiosos possuem pensamentos teóricos distintos, embora sob um mesmo propósito de estudo.

Dessa forma, acentua-se a grandeza representada por esses dualismos, já que os mesmos, pela sua importância, acabam favorecendo para o enriquecimento do ensino da Geografia como ciência.

Acima de tudo isso, é importante ressaltar que essa divergência de percepções relacionadas à paisagem possui referência com a focalização proporcionada pelo observador em seu estudo, lembrando que por uma avaliação ecológica é possível favorecer as aparências naturais, quando o objetivo está numa descrição ambiental ou até mesmo em outra situação, como no caso da sociologia numa focalização efetivamente cultural.

Nos primeiros anos do século atual vivenciamos a contingência representada pelo acréscimo da crise relacionada às questões ambientais. Esse episódio se apresenta de maneira vinculada ao decréscimo da qualidade de vida das pessoas, em razão da condição ilegal e devastadora voltada ao meio ambiente, aliada a uma apoderação descomedida da natureza, resultando na transfiguração das paisagens.

Nessa direção, expõe-se, de forma nítida, a obrigação de se evidenciar a paisagem, como um ingrediente inovador e preservador, capaz de constituir expressões culturais e importantes à sociedade, refletindo competências, condutas e a própria vida humana, como um ente explorador e de maneira simultânea, observador.

Acerca do assunto em questão, Romero e Jimênez (2002, p. 23) opinam que:

> A paisagem é quem adverte os tipos e intensidades do aproveitamento do solo, das conseqüências das atividades humanas sobre o sistema natural e a intensidade dos impactos ambientais, o tempo que desperta a necessidade de proteção frente a certas alterações provocadas pelo homem [...].

Esses autores explicam que a avaliação das paisagens, sua atividade e comunicações, advertem as comunidades humanas com o intuito de ponderar e investigar se as interferências antrópicas podem prejudicar e até mesmo alterar a tipificação das paisagens. É interessante reforçar que o homem procura adaptar a natureza às suas necessidades e assim acaba promovendo mudanças radicais no local por ele habitado, sendo que em muitas situações essas ações são desenvolvidas de

maneira negativa e com consequências irrecuperáveis. Diante disso, essa classificação de análise do espaço adquire uma considerável incumbência no meio geográfico moderno, uma vez que passa a representar um dispositivo relevante para a implementação de uma administração ambiental, pronta para cooperar com a conservação dos bens naturais.

Ao emitir sua escolha pela avaliação geográfica, principiando pela formulação de paisagem, o pesquisador pode idealizá-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização), ressaltando que não por uma obrigatoriedade, tenha de se compreender forma-funcionalidade como sendo uma ligação de causa e efeito, mas reconhecendo-a como um procedimento de constituição e reconstituição de sistemas que o organograma social realiza. Neste direcionamento, a paisagem pode ser avaliada como produto da composição social exigida pelo ser humano, e à vista disso o papel da paisagem pode ser reconhecido pelas ações que, de alguma forma, foram ou estão sendo processadas e que estão corporizadas nos moldes socialmente desenvolvidos, como nesses casos: espaço construído, experiências agrícolas, atividades mineradoras, viadutos e vias expressas, e ainda as incrementações que estas distinções efetivadas pelo homem resultam naquilo que remete à contextualização ambiental.

Acima disso, é preciso destacar que as abordagens relativas à paisagem podem ser empregadas como suporte para a reorganização de territórios, controle e engendramento de subsídios naturais provindos de organizações não governamentais e instituições oficiais. É importante mencionar ainda que essa classe espacial compõe a produção científica, direcionando estudos e atividades de diferentes profissionais, vinculados à arquitetura, agronomia, biologia/ecologia.

Com base nesse princípio, as abordagens voltadas à paisagem contraem uma grandiosa importância em outras ciências, expressando uma peculiaridade interdisciplinar que a Geografia pode propiciar como apoio para, por exemplo, a avaliação ambiental em biologia/ecologia. Neste sentido, Metzer (2001, p. 1) argumenta que

> A ecologia da paisagem é uma nova área do conhecimento dentro da ecologia, marcada pela existência de duas principais abordagens: uma geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território; e a outra ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos, e a importância destas relações em termos de conservação biológica. Estas abordagens apresentam conceitos e definições distintas e por vezes conflitantes, que dificultam a concepção de um arcabouço teórico comum. (...) Proponho uma definição integradora da paisagem como sendo 'um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação. ' Esse 'mosaico heterogêneo' é essencialmente visto pelos olhos do homem, na abordagem geográfica, e pelas espécies ou comunidades estudadas na abordagem ecológica. O conceito de

> paisagem proposto evidencia ainda que a paisagem não é obrigatoriamente um amplo espaço geográfico ou um novo nível hierárquico em ecologia, justo acima de ecossistemas, pois a escola e o nível biológico dependem do observador e do objeto de estudo. A ecologia da paisagem vem promovendo uma mudança de paradigmas nos estudos sobre a fragmentação e a conservação de espécies e ecossistemas, pois permite a integração da heterogeneidade espacial e do conceito de escala na análise ecológica, tornando esses trabalhos ainda mais aplicados para a resolução de problemas ambientais.

Pode-se entender que essa fração da ajuda proporcionada pelos geógrafos deva auxiliar no tocante às discussões e às tomadas de decisão relativas à aprovação de exemplares de inovação, referentemente aos meios rural e urbano, especialmente as que levam em conta unicamente os dinamismos estruturais e políticos, em prejuízo das atividades ambientais. Nesse viés de entendimento, pode-se considerar que, ao dominar a estrutura das paisagens, o observador potencializa as práticas capazes de atenuar as repercussões ambientais.

Ao priorizar a aproximação com outras ciências, a Geografia consolida sua função, explicando a maior abrangência dos cursos de pós-graduação e do grande agrupamento de profissionais que buscam nela as alusões conceituais que contribuem grandemente para o entendimento das variadas atividades que envolvem o ser humano e a natureza, e repercutem na constituição do espaço.

## Procedimentos metodológicos

Este artigo surge da necessidade de afunilamento decorrente de uma pesquisa publicada por Fonseca (2019). Os procedimentos que levaram aos resultados obtidos seguiram algumas fases, a seguir:

**1ª fase:** no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do banco de dados do Qualis Periódicos [1], foram realizadas algumas seleções de itens para filtrar a busca por uma lista de periódicos a serem considerados para a coleta dos dados, tais como: a) Evento de Classificação – quadriênio 2013-2016 e b) Área de Avaliação – Geografia. Desta busca foi gerado pelo próprio sistema da CAPES um arquivo com a listagem completa de todos os periódicos aplicados a estes dois parâmetros de buscas. Essa fase foi realizada no dia 26 de janeiro de 2017[2];

[1] Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf

[2] Aqui será inserida uma informação acerca do vínculo desta pesquisa, que foi suprimida por normas de avaliação deste periódico.

**2ª fase:** foram considerados apenas periódicos nacionais e que tivessem uma versão on-line, neste sentido, aqueles que apareceram em duplicidade ou que possuíssem apenas a versão impressa foram descartados. Deste modo, chegou-se ao número total de 801 periódicos;

**3ª fase:** ao longo de todo o ano de 2017 foram realizadas buscas de artigos com temáticas na área de ensino de Geografia. Para essa coleta foram considerados todas as edições que estivessem disponíveis nas plataformas on-line destes periódicos até o ano de 2016, de modo que fosse possível padronizar a busca por esses trabalhos e por ser o último ano do quadriênio 2013-2016, com avaliação oficial divulgada pela CAPES. As estatísticas a este respeito estão apresentadas na seção dos resultados deste manuscrito;

**4ª fase:** no decorrer de todo o ano de 2018 foram classificados todos os artigos que tratavam de ensino de Geografia;

**5ª fase:** produção e divulgação de um artigo síntese contendo as informações gerais acerca das fases até aquele momento realizadas;

**6ª fase:** no decorrer do ano de 2020, com o objetivo de aprofundar este tipo de pesquisa, foi realizado o processo de categorização dos resultados, com base nos pressupostos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Para a realização desta fase, este pesquisador selecionou as categorias e as UR de acordo com as informações mencionadas nos resumos de cada artigo; salvo algumas situações específicas foram necessárias leituras de todo o artigo, fosse pela falta de um resumo, fosse pela falta de clareza nas informações presentes neles. Desta forma, os dados foram classificados em categorias e UR e, na sequência, realizado o metatexto.

Durante a realização interpretativa das informações é importante preservar a atenção nos sinalizadores teóricos reunidos à investigação, já que os mesmos propiciam segurança, além das chances necessárias ao estudo a ser reproduzido. A conexão que reúne os dados angariados e a fundamentação teórica certamente darão a importância devida à interpretação.

De acordo com o pensamento de Bardin (1977, p. 135):

> C'est l'unité de signification à coder. Elle correspond au segment de contenu à considérer comme unité de base em vue de La catégorisation et Du comptage fréquentiel. L'unité d'enregistrement peut être de nature et de taille très variables. Une certaine ambiguïté règne quant aux critères de distinction des unités d'enregistrement.[3]

[3] "É a unidade de significação a ser codificada. Corresponde ao conteúdo considerado como unidade básica para a categorização e contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e dimensão muito variáveis. Certa ambiguidade rege os critérios de distinção de unidades de registro". (Tradução nossa).

Ao término dessa fase foi possível idealizar e confeccionar o metatexto. Com o desenvolvimento desse novo ingrediente foi possível dar início a uma série de explanações e apreciações nas quais não se admitem argumentações imprecisas nas conexões difundidas entre as categorias e suas UR. Entende-se, assim, que o metatexto agrega a percepção do pesquisador acerca dos significados e significantes perceptíveis em cada categoria e UR.

O metatexto representa uma técnica apresentada pelo pesquisador Moraes, em seu estudo de 2003, se propondo a analisar a argumentação contida nos objetos/instrumentos. Por essa acepção, esta prática facilita o desenvolvimento qualitativo do tratamento dos resultados juntamente com a AC, defendida por Bardin.

Conforme explicação de Moraes (2003, p. 202), o metatexto "[...] constitui um conjunto de argumentos descritivo-interpretativos capazes de expressar a compreensão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado, sempre a partir do *corpus* de análise".

Deste modo, é interessante destacar também que a classificação relativa às informações inclusas no metatexto não dependem apenas da validade e confiabilidade da análise reproduzida mas, principalmente, da prática assumida pelo pesquisador como verdadeiro autor de suas interpretações. Sendo assim, é possível afirmar que a apreciação presente neste estudo está direcionada à produção do referido metatexto.

## Resultados

Neste primeiro momento os dados apresentados possuem uma característica quantitativa, com o objetivo de se apresentar um panorama numérico das publicações acerca da categoria espacial de paisagem no ensino de Geografia. Num segundo momento é apresentada uma análise qualitativa dos dados obtidos.

Ao todo foram 35 artigos publicados na temática desta pesquisa, de um total de 1.458 artigos publicados em ensino de Geografia e que estejam disponíveis no *site* de cada periódico, até o ano de 2016. Faz-se necessário reforçar o entendimento de que os artigos considerados para esta análise foram aqueles que abordaram a paisagem enquanto conceito-chave da Geografia, de caráter epistêmico.

Na tabela 1 é possível verificar as palavras-chave dos artigos e a quantidade de incidência. Foram consideradas apenas as palavras-chaves que tiveram duas ou mais incidências.

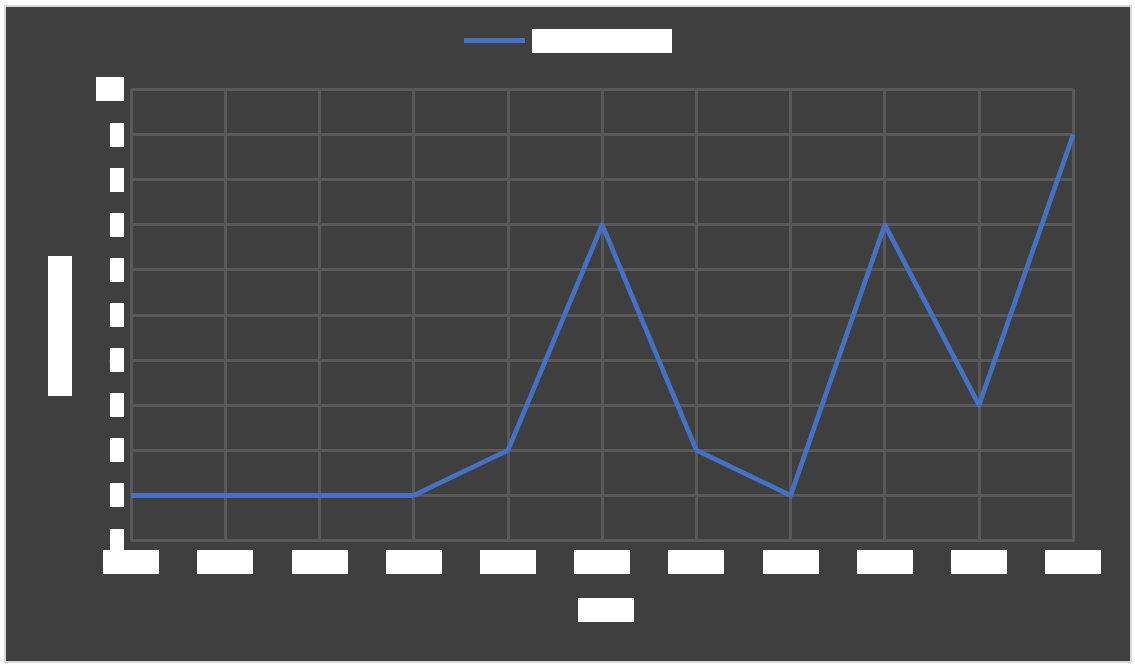
Tabela 1: Lista de palavras-chave com maior incidência

| PALAVRAS-CHAVE | QUANT. |
|---|---|
| Paisagem | 23 |
| Ensino da Geografia | 15 |
| Geografia | 9 |
| Ensino | 5 |
| Estágio Supervisionado | 4 |
| Ensino/Aprendizagem | 3 |
| Lugar | 3 |
| Percepção Ambiental | 3 |
| Conceitos | 2 |
| Ensino Fundamental II | 2 |
| Formação | 2 |
| Geografia escolar | 2 |
| Linguagem | 2 |
| Livro Didático | 2 |
| Meio Ambiente | 2 |
| Paisagem Urbana | 2 |

Fonte: Periódicos CAPES (2020)
Org.: Autor (2020)

Na figura 1, pode-se observar que o primeiro artigo versando acerca da temática da categoria espacial da paisagem no ensino de Geografia data o ano de 1986, quase 30 anos após a data do primeiro artigo de ensino de Geografia que se encontra disponível de forma on-line. Trata-se do "Papel e valor do ensino da geografia e de sua pesquisa", de autoria de Pierre Monbeig e publicado no Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, publicado no ano de 1957.

Figura 1: Quantidade de publicações das pesquisas, por ano de incidência



Fonte: Periódicos CAPES (2020)
Org.: Autor (2020)

Em relação à tabela 2, referente ao QualisCapes dos periódicos, nota-se que as revistas Geografia, Ensino & Pesquisa e a Geosaberes publicaram quatro artigos acerca da categoria espacial de paisagem em ensino de Geografia. Os periódicos: Revista de Ensino de Geografia, Observatorium, Boletim Gaúcho de Geografia, Okara, Revista de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia, Revista de Geografia e Pesquisa e Revista Tamoios publicaram duas pesquisas cada. As demais mencionadas na tabela publicaram um artigo cada.

Tabela 2: Quantidade de publicações e QualisCapes dos periódicos

| PERIÓDICOS | QUANT. | QUALIS 2013-2016 | QUALIS 2019 Preliminar |
|---|---|---|---|
| Geografia Ensino & Pesquisa | 4 | B2 | Não informado |
| Geosaberes | 4 | B2 | A1 |
| Revista de Ensino de Geografia | 2 | B4 | B2 |
| Observatorium | 2 | C | B2 |
| Boletim Gaúcho de Geografia | 2 | B1 | A4 |
| Okara | 2 | B2 | Não Informado |
| Revista de Estudos e Pesquisa em Ensino de Geografia | 2 | B4 | B2 |
| Revista de Geografia e Pesquisa | 2 | B3 | B3 |
| Revista Tamoios | 2 | B2 | A3 |
| Revista Brasileira de Educação em Geografia | 1 | B2 | A2 |
| Geografia (Londrina) | 1 | B1 | A4 |
| Geographia Opportuno Tempore | 1 | B5 | C |
| Boletim de Geografia (UEM) | 1 | B1 | A3 |
| Caderno de Geografia (PUC-MG) | 1 | B1 | A1 |
| Contexto & Educação | 1 | B2 | B1 |
| Entre-Lugar | 1 | B4 | A3 |
| Interface | 1 | Não Informado | A3 |
| RA'E GA | 1 | A2 | A3 |
| Revista de Geografia | 1 | B2 | A4 |
| Revista do Departamento de Geografia | 1 | A2 | A4 |
| Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará | 1 | B5 | B1 |
| Revista Geográfica da América Central | 1 | B3 | C |

Fonte: Periódicos CAPES (2020)
Org.: Autor (2020)

Os dados até aqui apresentados mostram apenas um panorama quantitativo. A partir desde momento o autor desta pesquisa apresenta a análise qualitativa dos dados encontrados à luz do método de Análise de Conteúdo, de Bardin (1977).

Tabela 3: Categoria 1

| **Categoria: Processos de Ensino e de Aprendizagem (74%)** | | |
|---|---|---|
| Essa categoria remete a uma integração dialógica que envolve o processo de ensino e de aprendizagem, por meio de práticas pedagógicas em ambiente escolar, que tem como principal objetivo auxiliar na formação integral do estudante. O aspecto educativo é alcançado a partir da formação de valores, aptidões sensitivas que reconhecem o indivíduo como ser social, entendendo a expansão de segurança, aspirações e outras características aliadas à cognição que irão facilitar o crescimento do saber, almejando ao final a formação do cidadão.<br>A eficácia dos processos de ensino e de aprendizagem se enquadra na solução dada à internalização dos conhecimentos, à evolução intelectual e física do discente, à criação de sensibilidades, qualificações e valores, capazes de alcançar as ambições próprias e desejadas em cada grau educacional, de diferentes instituições, levando a uma condição transformadora, que facilite as práticas comuns, a solidariedade e convivência coletiva. A compreensão de que o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem representa uma ação lógica envolvendo a instrução e a educação, podendo ser reunida ao ideal de que semelhante distinção persiste entre a condição de ensinar e de aprender. Essa conexão induz a uma noção de que o ensino e a aprendizagem possuem um funcionamento sistematizado, composto por características efetivamente interligadas. Afirma-se deste modo que o resultado dos processos de ensino e de aprendizagem é o conhecimento. | | |
| **Unidades de Registros (UR)** | **Descrição das Unidades de Registro** | **Frequência Relativa (%)** |
| UR 1 Recursos Didáticos-Pedagógicos | A respeito dessa UR, Souza (2007, p. 111) explica que "recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos". Desta forma, é importante mencionar que os recursos didáticos-pedagógicos compõem uma gama de elementos e técnicas pedagógicas que são agregadas como sustentação experimental na realização das aulas e nos processos de ensino e de aprendizagem, enfatizando que os mesmos são usados como possibilidades de estímulos para despertar o interesse da aprendizagem pelos educandos. | 31% |
| UR 2 Conteúdos Escolares | Os conteúdos representam os saberes produzidos e sistematizados por uma criação dotada de sentido social enquanto conhecimento, expondo uma fatia de conhecimento provindo da cultura e que precisa ser ofertado como conteúdo ao educando, visando à sua adequação e aplicação, sendo esse, portanto, o conhecimento estabelecido. Faz-se necessário ainda que, além desse conhecimento já definido, persista, no procedimento destinado ao ensino e a aprendizagem, uma atenção constante quanto à obrigação do conhecimento, pois na natureza há fenômenos e relações que a capacidade humana ainda não conseguiu atingir. (FONSECA, 2019). | 25% |

| | | |
|---|---|---|
| UR 3<br>Livro Didático | Os livros didáticos propostos ao ensino da leitura e da escrita permeiam o cenário brasileiro desde o século XIX. Com o transcorrer de todos esses anos, esses subsídios passaram a receber diferentes considerações relacionadas ao ensino e aprendizagem, e de modo simultâneo, reproduzindo expressões relevantes visando à compreensão da educação nacional. Faz-se importante a informação de que por muitos anos esse material foi pouco aproveitado. Apesar dessa situação no início, os livros e os manuais didáticos continuam compondo as atividades de ensino nas escolas, sabendo-se que em diversas situações esses materiais representam a maior fonte de orientação à prática docente. (FONSECA, 2019) | 9% |
| UR 4<br>Trabalho de Campo | Acerca dessa UR, é importante observar a seguinte premissa: "A aula de campo é um rico encaminhamento metodológico para analisar a área de estudo (urbana ou rural), de modo que o aluno poderá diferenciar, por exemplo, paisagem de espaço geográfico" (CASTROGIOVANNI; CALLAI; KAERCHER, 1999, p. 99). Faz-se necessário reforçar ainda que, no trabalho de campo, o educando é estimulado a pensar e enxergar a realidade, tendo por base um conhecimento prático e pessoal. "Parte-se de uma realidade local, bem delimitada para se investigar a sua constituição histórica e as comparações com os outros lugares, próximos ou distantes" (CASTROGIOVANNI; CALLAI; KAERCHER, 1999, p. 99). | 9% |

**Metatexto**

Os recursos didáticos são fontes de incentivos aos educandos, promovendo e aprimorando o desenvolvimento qualitativo do ensino e da aprendizagem. O uso desses recursos no processo de ensino foi incorporado com o objetivo de ocupar os vazios deixados pelo ensino tradicional, dando aos estudantes a possibilidade de ampliar seus conhecimentos. Dos 35 artigos estudados, 31% deles abordaram a categoria espacial de lugar apontaram a utilização de algum recurso didático-pedagógico como forma de trabalhar esse conceito.

A segunda UR possui artigos que abordaram conteúdos específicos para ensinar a categoria espacial de região no ensino de Geografia, totalizam 25% das publicações nesta temática, tanto da vertente de Geografia Humana quanto de Geografia Física.

Ao tratar de livros didáticos os artigos presentes nesta UR (9%) abordam possibilidades para o uso deste material. O processo de escolha desse material é, desde então, resultado de uma avaliação aprofundada sob o prisma pedagógico e metodológico desenvolvido pelas políticas públicas compostas por equipes de especialistas das mais diferentes áreas dos saberes disciplinares.

Outra UR que foi inserida nesta categoria é a de trabalho de campo, alguns artigos que versaram acerca desse tema expuseram que o discente deixa de ser um sujeito passivo ou apático, a quem tudo é transferido de forma acabada e torna-se problematizador/questionador, ou seja, um criador do seu próprio conhecimento. Essa ação é possível por conta da riqueza que o aprendizado em campo proporciona ao educando, que consegue aprender estando mais próximo da realidade, a subjetividade em relação às causas e consequências dos acontecimentos percebidos. Deste modo, faz-se possível compreender que o objetivo do trabalho de campo está centrado no aspecto construtivista da aprendizagem, apresentado como um processo desenvolvido de forma gradativa e contextualizada com a realidade.

| |
|---|
| O trabalho de campo tem a possibilidade de fazer com que os estudantes alcancem um conhecimento interdisciplinar, uma vez que na realidade experimentada nessa prática não apenas os educandos, mas também os educadores acabam se envolvendo com situações totalmente desconhecidas e a quantidade de fenômenos que compõem a realidade diante de situações até então nunca antes vivida, ou imaginada. Essa nova situação apreende a experiência da junção das ciências em geral, ao mesmo tempo em que se reúnem a pesquisa e o ensino que poderão ressignificar os conhecimentos anteriormente concebidos em sala de aula. Ao todo, 3% dos trabalhos discutiram essa temática quando abordaram o lugar. |

Fonte: Periódicos CAPES (2020)
Org.: Autor (2020).

Tabela 4: Categoria 2

| **Categoria: Políticas Educacionais (26%)** | | |
|---|---|---|
| Atualmente, o cenário educacional caracteriza-se repleto de mudanças e incertezas, com estudantes levando experiências adquiridas e com necessidades de novas a cada instante. contudo, muitos educadores não acompanham as mudanças e utilizam ainda metodologias desatualizadas, ministram aulas tradicionais e mantém relações tradicionais com seus alunos, em que os docentes são transmissores e os discentes apenas receptores do conhecimento (ANASTASIOU; ALVES, 2012). Entre algumas características que se contrapõem a essa realidade está o fato de que o trabalho do professor se encontra precarizado, tanto no que diz respeito à sua práxis em sala de aula quanto à sua formação acadêmica.<br>As políticas governamentais destinadas à educação básica Brasil possuem algumas singularidades, pois podem ser representadas pela construção de um currículo instrumental ou de resultados imediatos, demarcado por um agrupamento de tópicos mínimos necessários ao trabalho, reunido ao currículo de convívio e apoio social, buscando a inserção no atendimento da diversidade social, almejando assim, a criação de um modelo de cidadania amparado na solidariedade e na redução das desordens sociais. Neste sentido, compõem-se nesta abordagem, também, as mais variadas modalidades de educação, além do próprio ensino regular. | | |
| **Unidades de Registros (UR)** | **Descrição das Unidades de Registro** | **Frequência Relativa (%)** |
| UR 1<br>Formação de Professores | A formação de professores de Geografia visa à criação de perspectivas para exercer suas aptidões educacionais, possíveis por meio de leituras, princípios, aprendizados, vivência, reflexão e prática, condições que o nortearão na condução do crescimento educativo dos estudantes. Todo o processo de evolução da preparação de professores requer a inclusão de uma reflexão acerca do próprio desenvolvimento de ensino e de aprendizagem, atentando-se para as hipóteses subentendidas, convicções e condutas, em meio a um processo contínuo de autoavaliação e de objetivos intelectuais, dando ao professor a chance de se reconhecer, e, por conseguinte, conhecer o seu educando (FONSECA, 2019). | 17% |

| | | |
|---|---|---|
| UR 2<br>Currículo | O currículo representa um dos meios mais significativos, já que é o ponto em que podem ser reunidos saber e poder; representação e domínio; argumentação e regulação. É nele que são reunidas as relações de poder, extremamente relevantes no desenvolvimento de criação das abstrações sociais. Afirma-se, deste modo, que currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente atrelados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996). | 9% |

**Metatexto**

A formação de professores de Geografia visa à criação de perspectivas para exercer suas aptidões educacionais, possíveis por meio de leituras, princípios, aprendizados, vivência, reflexão e prática, condições que o nortearão na condução do crescimento educativo dos estudantes. Todo o processo de evolução da preparação de professores requer a inclusão de uma reflexão acerca do próprio desenvolvimento de ensino e de aprendizagem, atentando-se para as hipóteses subentendidas, convicções e condutas, em meio a um processo contínuo de autoavaliação e de objetivos intelectuais, dando ao professor a chance de se reconhecer, e, por conseguinte, conhecer o seu educando. (FONSECA, 2019). Dos 35 artigos que compõem a análise desta pesquisa 17% tratou da formação de professores.

Pelo fato de que o currículo escolar influencia positivamente na formação e crescimento educacional de educadores e de educandos, pode-se afirmar que a ideologia, cultura e poder nele representados são elementos fundamentais no resultado educacional a ser desenvolvido. É necessário ter em consideração que o currículo remete a uma realidade histórica, cultural e socialmente estabelecida, favorecendo grandemente para as ações didáticas e administrativas que validam sua prática e sua teorização. Deste modo, entende-se que a preparação de um currículo é, certamente, um crescimento social no qual caminham reunidos os agentes lógicos, epistemológicos, intelectuais e mediadores sociais, como poder, benefícios, discórdias simbólicas e culturais, projetos de predominação voltados às causas envolvendo classe, raça, etnia e gênero (SANTOS; CASALI, 2009). 9% dos artigos analisados trazem essa discussão e direcionam suas abordagens para os currículos norteadores; além disso, apontam conceitos e concepções de currículos para a educação básica, de modo que o conhecimento geográfico se faça presente.

Fonte: Periódicos CAPES (2020)
Org.: Autor (2020)

O entendimento de paisagem sempre representou uma aparência de serventia para boa parte das populações e em qualquer fase da nossa história. Na antiguidade da região mesopotâmica a paisagem era transportada para dentro dos espaços cercados e depois dessa ação passou a existir e ser admitida no ideal humano. Ultimamente, a paisagem é formada quase que totalmente por tudo que é incutido no pensamento e tecnologias humanas, que são os conhecimentos inovadores.

Por essa concepção, a definição de paisagem foi, aos poucos, sendo desenvolvida e propagada, sempre baseada no que representa utilidade e mais ou menos admitida no circuito da vivência humana. Em meio a essa situação, seria aproveitável a inclusão dos tópicos astronômicos na paisagem do Oriente Médio, pois a averiguação dos caldeus na Mesopotâmia reunia símbolos celestes. Pode-se admitir que a paisagem

terrestre desabitada e enfadonha tenha facilitado a mudança do olhar “para cima”, meditando sob um céu noturno com nebulosidade mínima. Dessa maneira, os componentes celestes comporiam a paisagem.

Percebida como espaço vivenciado e/ou atraída pela retidão humana, a paisagem, de alguma forma, sempre conviveu com as pessoas, promovendo ora o emprego ativo de seus mecanismos, ora a observação e fascinação.

## Considerações finais

Após novas avaliações do conceito de paisagem, é possível observar que o mesmo apresenta diferentes conclusões ao longo da trajetória percorrida visando à consolidação da ciência geográfica, variando em razão da escala de tempo e espaço, assim como dos diversos cenários socioeconômicos que foram surgindo.

Acima de tudo isso, é possível afirmar que atualmente não existe uma Geografia que corresponda integralmente ao estudo da paisagem, seja em razão da dificuldade criada pela expressão e perspectiva demonstrada pelo pesquisador, como também pelos propósitos que seu estudo busca alcançar. É preciso enaltecer que atualmente as abordagens sobre a paisagem têm adquirido um aprimoramento, disseminando várias possibilidades de argumentações e até mesmo contestações no campo da Biologia/Ecologia, que, baseando-se na Geografia, prioriza o desenvolvimento de uma avaliação que almeja a compreensão do domínio do homem sobre a paisagem, as repercussões causadas por ele em relação aos ecossistemas, destacando a possibilidade de um estudo voltado ao mapeamento ambiental, visando à conservação ecológica, facilitando a estabilidade dos ecossistemas.

Neste caso, pode-se afirmar que o estudo da paisagem atende a demanda crescente da adversidade ambiental em diferentes classificações: local, regional e global (aquecimento, dano à biodiversidade, escassez de água, extinção de espécies, e ainda outras situações indesejadas), favorecendo para a elaboração de um plano relacionado ao manejo, a conservação e a recuperação da paisagem.

Assim como a Biologia/Ecologia, outras ciências como a Agronomia, a Sociologia, a Arquitetura, empregam esta classificação de avaliação como fundamento de solidificação das bases epistemológicas de cada ciência. É importante também reconhecer que a interação envolvendo as ciências evidencia a distinção interdisciplinar ostentada pela Geografia atualmente.

Sendo assim, como ingrediente primordial da pesquisa, a paisagem pode ser considerada como efeito das comunicações envolvendo os componentes originais e os de natureza humana, em um certo espaço. Esses ingredientes da paisagem ordenam-se de maneira ativa no transcorrer do tempo e do espaço. Decorrem destas ações e condições, também ativas, demarcadas ou recorrentes, possibilitando uma qualificação ao fundir-se os ajustes semelhantes, distanciando-os dos diferentes. Na composição total, constrói-se um mosaico conectado. Este desenvolvimento poderá ser especialmente pormenorizado ou de maneira abrangente, correspondendo ao desejo do avaliador.

Por fim, explorar o tema direcionado à paisagem, assim como outros conhecimentos de Geografia, representa uma grandeza essencialmente importante no crescimento da educação geográfica. Contudo, de forma lastimável, esse pensamento tem sido, na maioria das vezes, abordado de modo extremamente limitado em relação à sua importância, riqueza e contribuição totalmente voltadas para o entendimento da realidade socioespacial experimentada pelo educando. Provindas do âmbito acadêmico são muitas as cooperações práticas e teóricas, ofertadas ao professor, no entanto, esse ainda se mostra sitiado pelo livro didático, objeto que para muitos ainda é considerado como uma "bíblia", e em muitas oportunidades, reproduzindo uma oferta de ensino superada e totalmente alheia ao que de fato deveria ser o ensino geográfico. Torna-se necessário reforçar que grande parte das instituições de ensino, especialmente as pertencentes à rede privada, têm exigido do professor o emprego do livro didático, mesmo que o educador não concorde com as abordagens conceituais, especialmente aquelas direcionadas à paisagem.

## Referências Bibliográficas

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processo de ensinagem na universidade:** pressupostos para estratégias de trabalho em aula. 10. ed. Joinville, SC: Univille, 2012.

BARDIN, L. **L'analyse de contenu**. 8ª édition corrigée. Paris: Presses Universitaires de France, 1977. 291 p.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n. 13, 1972.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Geografia**. Brasília, Secretaria da Educação – SEF, 1997.

CAPES. **Qualis Periódicos.** Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 27 jan 2017.

CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de geografia**. Práticas e Textualizações. Porto Alegre: Mediação, 1999.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: Editora da UFSC. 1999. 454 P.

DANSEREAU, P. Introdução à biogeografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, n. 1, ano 11, 1949.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, nº. 79, p. 257-272, 2002.

FIGUEIRÓ, A. S. **Geoecologia e paisagem:** revisitando um caminho epistemológico. Rio de Janeiro: UFRJ. CCMN-Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.40 p.

FONSECA, R. L. O Estado da Arte das Pesquisas em Ensino de Geografia Publicadas em Periódicos Nacionais: perspectivas e tendências. **Caderno de Geografia** (PUCMG), v. 29 n. 59 (2019): Outubro a Dezembro de 2019.

FORMAN, R. T. T. **Land mosaics**: the ecology of landscapes and regions. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MAXIMIANO, L. A. **Classificação de paisagens no norte de Campo Largo - Paraná, segundo sua condição socioambiental.** Curitiba, 2002.

METZER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Revista Biota Neotropica**. Fapesp. São Paulo. 2001.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação.** v. 9, n. 2, p. 191-211. 2003.

ROMERO, A. G; JIMÉNEZ, J. M. **El paisaje em el Âmbito de la Geografia.** Cidade do México: Instituto de Geografia. 2002. 137 p.

ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n. 4, 1985.

SANTOS, A. R. J.; CASALI, A. M. D. Currículo e educação: origens, tendências e perspectivas na sociedade contemporânea. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 12(2), 2009, 207-231.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SILVA, T. T. da. **Identidades terminais:** as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOTCHAVA, V. B. **Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre.** São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1978.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: "Infância e Práticas Educativas". Arq Mudi. **Anais...** Maringá, 2007.

TRICART, J. L. F. **Paisagem e Ecologia**: Igeo/USP. São Paulo. 1981.

Recebido em 02 de fevereiro de 2014.

Aceito para publicação em 16 de novembro de 2014.